

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 1/2021

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – António Luís Miranda dos Santos Serra

2.º Secretário – Carina Marques Rocha Fernandes

HORA DE ABERTURA: Quinze horas

LOCAL: Videoconferência na plataforma eletrónica do Microsoft Teams

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam do Anexo (I) desta ata e que dela faz parte integrante. -----

Às dezassete horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30-12-2020 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 30 de dezembro de 2020. -----

Não havendo inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação, em que a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de dezembro de 2020**. Não participaram na votação desta ata os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** informou não haver expediente. -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos do Ponto III. -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Ao representante do Grupo Municipal do PSD do Sabugal, senhor **Manuel Lousa**, para apresentar a Moção referente à Deslocalização do Centro de Distribuição dos CTT do Sabugal. -----

“DESLOCALIZAÇÃO DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO POSTAL DO SABUGAL -----

O Executivo Municipal do Sabugal aprovou por unanimidade, em reunião de 6 de janeiro passado, uma proposta repudiando o encerramento do Centro de Distribuição do Sabugal com implicações diretas na vida dos funcionários. -----

Reforçando a posição do executivo propomos a esta Assembleia a aprovação da seguinte proposta, que transcrevemos: -----

O despovoamento do interior associado à fraca atratividade destes territórios em fixar e atrair população tem causas profundas, causas a que não são alheias algumas medidas centralizadoras que deslocam muitos serviços locais para um âmbito mais regional ou nacional. Serviços essenciais que são, muitas vezes, garantia de uma presença eficaz do Estado, de proximidade aos cidadãos, de solidariedade e coesão nacional. -----

As autarquias, neste sentido, têm desenvolvido um trabalho intenso, por vezes inglório, na luta pela preservação e manutenção de estruturas locais de prestação de serviços, quer da administração pública quer do sector privado. -----

O encerramento de serviços tem consequência direta na perda ou deslocalização de postos de trabalho e, indiretamente, na privação das populações de serviços que garantiam condições, ainda que mínimas, de conforto e de satisfação de necessidades básicas. -----

O encerramento do Centro de Distribuição dos CTT do Sabugal é mais um fator a agudizar o despovoamento do Sabugal, com o deslocamento e a centralização do serviço na Guarda. É verdade

que a prestação dos serviços dos CTT do Sabugal se mantém e não será afetada. No entanto, os funcionários que até aqui tinham o seu posto de trabalho no Sabugal, ao serem deslocados para a Guarda irão, compreensivelmente, equacionar a mudança de residência. -----

A Assembleia Municipal do Sabugal repudia veementemente a decisão dos CTT em encerrar o Centro de distribuição do Sabugal e apela à administração dos CTT para uma nova ponderação que reverta a decisão. -----

Manifestamos todo o apoio e solidariedade para com os funcionários dos CTT afetados por esta medida e apoiamos todos os esforços que a Câmara desenvolva no sentido de reverter ou minimizar o impacto desta decisão unilateral dos CTT.” -----

Relativamente à moção apresentada, senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Foi então dada a palavra ao senhor **Vítor Gonçalves**: -----

“Queria dizer que o Presidente da Concelhia do Sabugal do PS já enviou ao Ministro das Infraestruturas de Portugal, uma missiva mais ou menos nos mesmos termos desta moção. -----

A outra coisa que queria dizer é que quem privatizou os CTT foi o governo do PSD. Isto são consequências de terem privatizado uma empresa pública que devia ter ficado pública. Julgo que foi uma asneira e já toda a gente deu conta disso. É uma questão de coragem para darmos volta a esta história, porque enquanto isso não for feito, os CTT, que são um serviço fundamental à população portuguesa, nunca mais serão prestados como já foi prestado. Portanto, eu penso que a questão fundamental é essa, é reverter a privatização dos CTT.” -----

Colocada a proposta a votação, a **Assembleia Municipal, deliberou**, por unanimidade, **aprovar a Moção alusiva à Deslocalização do Centro de Distribuição dos CTT do Sabugal**. -----

Seguiu-se o senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira, Filipe Mendes**, que após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Como todos sabem, a Cerdeira é uma das freguesias, em termos de população, mais pequenas do concelho do Sabugal. Em termos de área, encontra-se no primeiro terço das freguesias, isto implica sempre despesa para fazer trabalhos de pequenas reparações, arranjos para caminhos, que é o que nos leva a maior fatia do dinheiro da freguesia. O que vinha pedir não é nada de novo, aquilo que eu peço é que tenhamos mais alguma disponibilidade financeira, não como apoio pontual, mas apoio anual, para que possamos ter alguém que nos possa fazer esse tipo de trabalhos na freguesia. Basicamente é o que eu peço, é dinheiro, para termos alguém que trate dessas pequenas coisas, com alguma maquinaria que nós temos de fazer esse tipo de arranjos, que é imprescindível para uma freguesia com cerca de 90 km de caminhos.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Manuel Lousa** perguntou ao senhor Presidente da Câmara, no seguimento da moção apresentada, se tem havido démarches em relação aos CTT. -----

Seguindo-se as intervenções do Grupo Municipal do Partido Socialista, tomou a palavra a senhora **Alexandrina Dias**, que após cumprimentar os presentes, disse: -----

“**Ponto 1: Programa Revive Natureza Casas Florestais** -----

Foi publicado em 25 de outubro de 2019 o Decreto-lei nº 161/2019 que cria o fundo Revive Natureza. O Fundo Revive Natureza tem por objetivo a requalificação, recuperação e valorização de imóveis públicos devolutos para fins turísticos, com vista a beneficiar as comunidades locais, atrair novos visitantes e fixar novos residentes. -----

O fundo é uma excelente ferramenta para criar economia através da valorização de imóveis públicos devolutos ou sem utilização efetiva, como é o caso das casas dos guardas-florestais e antigos posto fiscais. -----

Nesse sentido, o despacho referido define os imóveis que fazem parte do fundo. A extensa lista de imóveis disponíveis é dividida em anexos onde são apresentados os imóveis segundo o seu domínio, nomeadamente: -----

a) *Imóveis do domínio privado do Estado* -----

b) *Imóveis do domínio privado do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. --*

c) *Imóveis do domínio público do Estado -----*

d) *Imóveis em baldios -----*

Da mesma lista fazem parte imóveis do distrito da Guarda, nomeadamente nos concelhos de Gouveia, Celorico da Beira e Manteigas. -----

Considerando que o Concelho do Sabugal, dispõe de diversas casas florestais em situação devoluta.

Considerando que foram colocados no fundo imóveis do domínio privados do ICNF. -----

Considerando que existem pelo menos 3 casas florestais propriedade do ICNF, duas na área geográfica de Foios e uma na área geográfica de Quadrazais. -----

Considerando que as casas referidas estão em situação devoluta, mas que têm um potencial turístico evidente. -----

Questiono o Sr. Presidente da Câmara: -----

1) *O Município do Sabugal realizou alguma diligência no sentido dos imóveis enquadráveis nesta medida fazerem parte desta lista? -----*

2) *O Município do Sabugal considera a hipótese futura de desenvolver a sua magistratura de influência no sentido de colocar nesta extensa lista algum dos imóveis referidos? -----*

3) *Considerando que realizou alguma diligência no sentido dos imóveis referido serem colocados no fundo, qual o motivo da não inclusão dos mesmos? -----*

Ponto 2: Regadio -----

Na última assembleia municipal o grupo do partido socialista na assembleia municipal colocou uma sequência de perguntas ao Senhor Presidente da Câmara relativamente ao posicionamento estratégico do Município do Sabugal face ao desenvolvimento de estruturas de regadio. Nomeadamente no que concerne a modernização dos regadios tradicionais e a ampliação de blocos de rega. -----

Como referido na altura a inclusão dos investimentos no Plano Nacional de Regadios é fundamental. Referiu o Senhor Presidente da Câmara que este processo passa pela Comunidade Intermunicipal. Não sendo novidade esta constatação novidade, a verdade é que é novidade que enquanto Presidente da Câmara considere que só existe esse caminho e que se escuse a fazer um trabalho de âmbito municipal ao exemplo de outros municípios, ainda assim, questionamos: -----

- Que diligências realizou como representante do nosso município na Comunidade Intermunicipal no sentido de reforçar a necessidade de inclusão de novas estruturas de rega no Plano Municipal de Regadios? -----

Na sua resposta na anterior Assembleia Municipal, reforçou a necessidade de haver regantes organizados numa Associação de Regantes. Questionamos, que diligências realizou o executivo no sentido de avaliar junto da população a possibilidade de criação de uma nova associação de regantes e o reactivamente das associações de regantes tradicionais existentes? -----

Ponto 3 – Obras do Largo da Fonte -----

Neste momento é possível, senhor Presidente, adiantar uma data para a finalização dos trabalhos? --

Ponto 4 – CTT -----

Qual o ponto de situação às diligências realizadas pelo executivo municipal em relação à deslocalização do centro de distribuição postal do Sabugal para a Guarda? -----

Ponto 5 – Rua 5 de Outubro -----

*Consideramos pertinente a chamada de atenção do senhor João Manata na última Assembleia Municipal, relativamente ao estado de conservação do pavimento da Rua 5 de Outubro. -----
Questionamos se foi realizado algum contacto com a empresa que realizou a obra, no sentido de resolver alguns problemas que são já evidentes no pavimento. -----*

Ponto 6 -----

Consideramos fundamental que exista uma aproximação dos cidadãos a esta assembleia. Dessa forma gostaríamos de deixar claro que temos interesse em conjunto com todos os elementos desta assembleia debater e encontrar uma solução para que as Assembleias Municipais possam ser filmadas e

transmitidas em direto ou diferido através de uma plataforma de partilha de conteúdos de vídeo. -----

Ponto 7 -----

Aplaudir a iniciativa da Biblioteca Municipal de colocar livros à disposição dos munícipes e a sua entrega à porta do edifício. -----

Ponto 8 -----

Congratular o Município do Sabugal por fazer parte do projeto da Associação de Desenvolvimento Regional de Territórios do Côa que pretende dinamizar uma rota turístico-literária, inspirada na obra de José Saramago 'A Viagem do Elefante'. -----

Manifestar satisfação por Sortelha fazer parte do projeto 'Aldeia Charm'. -----

Há pouco tempo foi entregue na Câmara, um pedido para darem o nome a uma rua ao Senhor Padre do Soito, algumas pessoas também assinaram uma petição, visto que faria anos no dia 9 de março. Não sei se já foi tomada alguma decisão ou se tem alguma coisa a dizer em relação a isto. -----

E, para finalizar, e tendo em consideração a situação pandémica em que vivemos, dizer que é essencial estarmos unidos no verdadeiro e essencial objetivo que é vencer esta pandemia.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu à senhora Alexandrina Dias o facto de ter sido sintética e objetiva na apresentação dos vários pontos. -----

Prosseguindo as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Alexandre Gonçalves**, que após cumprimentar os presentes disse: -----

“Museu de Vilar Maior -----

Há sensivelmente quatro anos desloquei-me a Vilar Maior, a convite do meu amigo António Gata, para degustar um saboroso e autêntico Cozido à Portuguesa. Para além de mim e do anfitrião, também estavam presentes o meu saudoso padrinho Francisco Bárrios e o meu grande amigo Rui Monteiro. O repasto, “regado” com um diálogo nada trivial, estava extraordinário, bom vinho e enchidos caseiros de elevada qualidade. António Gata, excelente anfitrião e tal como era habitual, esmerou-se. Bons tempos! Bons convívios! Saudades! -----

No período da tarde, e porque o António Gata agilizou o “processo”, visitámos o Museu de Vilar Maior. Fiquei fascinado com tamanho magnetismo que o Museu me ofereceu. Lugar mágico, sublime e de extraordinária beleza. Um espaço disseminador de erudição capaz de serenar e alimentar a alma. Ali respirei, compreendi, cresci e bebi conhecimento. Simplesmente maravilhoso! -----

No passado dia 24 de outubro, acompanhado por alguns conterrâneos, desloquei-me a Vilar Maior para visitar o Museu. Infelizmente o Museu estava fechado e a visita foi adiada. Quais são as razões que fundamentam o facto de um espaço de tanto fascínio se encontrar fechado, ou seja, vedado aos visitantes? Quais são os motivos para que toda aquela história e todas aquelas obras de arte se encontrarem reféns de uma má gestão e de uma total ausência de visão estratégica? -----

A verdade é que o Museu de Vilar Maior esteve praticamente sempre encerrado e esta pardacenta condição não está relacionada com a pandemia, pois antes da mesma já se encontrava quase sempre encerrado. Será que um Museu sem pessoas faz algum sentido? -----

Em meados de agosto foi inaugurada a renovada exposição permanente do Museu de Vilar Maior, denominada de “Museu Vivo de Vilar Maior”. Aplaudo a “iniciativa”, mas como fazemos para a visitar? Será que o atual “processo” de visita não é desajustado e pode desaguar, em inúmeras ocasiões, na impossibilidade de concretizar a visita? -----

Com as portas fechadas, o Museu de Vilar Maior jamais transbordará as paredes do próprio edifício e dificilmente aglutinará todos os pontos de interesse da população, da aldeia e da região. A promoção e a dinamização destes lugares fantásticos devem ser condições prioritárias para qualquer Autarquia. Segundo o sítio oficial da Câmara Municipal do Sabugal, as visitas, com as exceções dos meses de Verão, presumo que os meses de Verão se resumam apenas ao mês de agosto, e das épocas festivas, estão sujeitas à disponibilidade da Junta de Freguesia. Ainda assim, e embora esteja longe de ser suficiente, a Junta de Freguesia faz aquilo que pode. Há muito tempo que está comprovado que as Juntas de Freguesia fazem muito com pouco. É inconcebível que as visitas ao Museu de Vilar Maior estejam dependentes da disponibilidade dos elementos que compõem a Junta de Freguesia da União de Freguesias Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos. Lamentável! Será que o Município do Sabugal não devia tomar as diligências necessárias para que aquele espaço de eleição estivesse sempre aberto ao público? Qual é a lógica de edificar espaços de rara beleza e depois fechá-los? Para que servem as obras que o Museu de Vilar Maior guarda se estão afastadas dos olhos de todos? Será que precisamos de instituições inacessíveis para a população? Será que os Museus não são essenciais para as comunidades? -----

A Câmara Municipal do Sabugal, se tivesse audácia, podia facilmente, e em paralelo com as portas do Museu abertas, criar visitas virtuais ao Museu. Na realidade, a pandemia nada modificou o modo de operação perfilhado pela Câmara Municipal em relação ao Museu de Vilar Maior. Será que a Câmara Municipal do Sabugal não apresenta, de modo sucessivo, dificuldades em potencializar “projetos”? -----

A população de Vilar Maior, pelo facto de ter outorgado um contributo considerável para “erguer” o Museu, merecia outro tratamento por parte daqueles que governam o nosso Concelho. Para que servem os Museus fechados? Será que o património é aquilo que se tem ou aquilo que se pode fazer com ele? Será que um Museu fechado ao público existe efetivamente?” -----

Para terminar as intervenções, foi concedida a palavra ao senhor **Manuel Rasteiro**, que após cumprimentar os presentes, em relação às obras do Largo da Fonte, e relativamente ao passeio em frente ao tribunal, referiu que o mesmo está mais para fora do que estava anteriormente, o que pode causar dificuldade quando se cruzam dois carros. -----

Após as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia**, dirigindo-se ao senhor António Gata, disse: -----

“Logo que entremos num período de absoluto desconfinamento e que possamos gozar de todas as liberdades, deixo o desafio para que a próxima Assembleia Municipal seja feita na sua terra, aproveitando para visitarmos o Museu.” -----

Em resposta, o senhor **António Gata** referiu que não tinha intenção de intervir na presente assembleia.

“No entanto, fico muito satisfeito com esta abordagem que me faz diretamente, mas também não posso deixar de dizer que aquilo em que eu poder ajudar, estarei completamente disponível, mas esse convite tem de fazer diretamente ao senhor Presidente de Junta porque eu não tenho lá espaço para receber a Assembleia Municipal. Principalmente o senhor Presidente da Junta é que poderá avançar com o processo, mas tenho a certeza de que ele está completamente disponível para que isso aconteça.” ----

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, após cumprimentar os presentes, tomou a palavra para dar resposta às questões levantadas. -----

“O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira já várias vezes abordou esta questão dos financiamentos e da quota parte de participação orçamental da freguesia da Cerdeira. Como ele referiu matérias que têm a ver muito com os contratos de execução e com as transferências de competências entre o Município e as Juntas de Freguesia. Esse será o momento em que todos devemos visitar os mapas e os modelos, constituir grupo de trabalho conjunto e acertar o que tivermos a acertar. Por agora teremos que viver com o que temos e tem sido boa prática de colaboração ao longo dos anos.” -----

Relativamente à questão dos CTT colocada pelo senhor Manuel Lousa e pela senhora Alexandrina Dias, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que *“o Município, a Câmara foi confrontada no início do ano, dia 6 janeiro, com um facto consumado que nos foi transmitido, não de forma oficial, nem oficiosa, mas por alguns funcionários dos CTT preocupados com a sua situação. Assim que nos foi transmitido, nós colocámo-nos em campo para tentar perceber o que estava a acontecer. Tomámos uma posição conjunta na Reunião de Câmara, sempre com a preocupação da perda de serviços e do transtorno causado aos trabalhadores. Eu próprio reuni com a administração dos CTT aqui no Sabugal sensibilizando-os para o problema causado, da necessidade de reversão da situação e inclusive disponibilizando espaços alternativos de armazenagem, propondo parcerias de colaboração, etc. Pelos CTT foi-nos dito que esta iria ser a prática regional de concentração da distribuição, pois as novas exigências colocadas à sua atividade, os novos hábitos dos clientes, o enorme aumento do volume de compras por online, as dimensões das encomendas, obrigavam a novos modelos de gestão mais centralizada e a investimentos em novos processos de monitorização e acompanhamento. Entendendo as preocupações da Câmara, garantiam que a qualidade do serviço, a sua regularidade não estava posta em causa, nem a abertura e funcionamento do centro CTT do Sabugal. Preocupam-nos as vidas dos 8 trabalhadores do Centro e as dinâmicas locais que criam. Foi-nos dito que eles seriam compensados dessa mobilidade e, portanto, era um tema irreversível, era um ato de gestão da empresa e não estariam disponíveis para reequacionar nada daquilo que estava*

*programado, a não ser que o Concedente Estado ressarcisse a empresa com os custos da reversão. --
É este o ponto da situação, e fico feliz por sentir que nesta causa estamos todos do mesmo lado. -----
Faço votos para que haja a coragem de reverter, e possamos ter outra vez essa dinâmica dos CTT no Sabugal porque toda atividade que feche portas só nos torna mais pobres e vulneráveis.” -----*

Em resposta às questões levantadas pela senhora Alexandrina Dias, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Relativamente aos imóveis e casas florestais. Efetivamente elas não estão elencadas no Programa Revive. No entanto, todos se lembraram que aprovamos nesta Assembleia a aceitação da transferência de competências na área do património devoluto do estado, tendo em conta estas casas florestais, propriedade do ICNF, o edifício dos magistrados e as casas e casais da Colónia Agrícola de Martim Rei afetos à Direção Geral da Agricultura. -----

Como sabem no Caso da Colónia existe um Protocolo com a DGA e a Câmara sempre entendi o espaço como um espaço experimental, especialmente dinamização do plantio de castanheiro e produção de castanha. -----

As casas florestais, temos todas as condições para fomentar e apoiar iniciativas com vista ao seu aproveitamento. Inclusive podemos ancorar iniciativa privada que se proponha fazer aproveitamento das casas tendo o objetivo base para que foram restauradas: apoio à visitação, à valorização da Reserva, da sua Biodiversidade, acompanhada da vertente turística. O que me é transmitido pela tutela é a necessidade de aparecer um projeto viável, bem estruturado, com dinamizadores credíveis capacidade de investimento na sua recuperação, desde que validados pelas partes públicas, terá todo o apoio e viabilidade. Pessoalmente não estou convicto que seja esta a prioridade de investimento para a Câmara ou qualquer junta de Freguesia. Creio ser um investimento que exige um envolvimento e gestão privada com vista à sua rentabilização. Se fosse fácil de resolver com certeza que o ICNF já o teria feito. A Câmara não pode ir além das suas atribuições e competências. -----

A este propósito permitam-me responder ao Sr. Alexandre Gonçalves, dizendo-lhe que a Câmara Municipal já tem a seu encargo os vários postos de turismo, a exposição da Nascente do Côa nos Fóios, os espaços museológicos no Sabugal, em Vilar Maior e em Vila do Touro. Estamos a preparar

a abertura em Alfaiates. Não é difícil procurar informação e hoje os suportes digitais permitem novos processos de disseminação de informação turística, cultural, gastronómica, etc. -----

Relativamente ao Museu de Vilar Maior, fico um bocado espantado porque nós, executivo, aprovamos em Reunião de Câmara e quando necessário em Assembleia Municipal, acordos de gestão com as Juntas de Freguesia, e naturalmente com a Junta de Freguesia de Vilar Maior. Estou preocupado, porque aquilo que o Alexandre esteve aqui a fazer, tudo bem, pode dizer que é um ataque à Câmara Municipal e, em particular ao Presidente da Câmara, mas acho que foi até diminuir um pouco o trabalho e a responsabilidade que a Junta de Freguesia de Vilar Maior tem relativamente àquele espaço. Porque, se a Junta de Freguesia de Vilar Maior, como o Alexandre disse, não está a fazer o seu trabalho bem feito, não tem uma pessoa que seja capaz de gerir em cada momento a visita regular e esporádica das pessoas, como o seu caso partícula, devemos reequacionar tudo, nomeadamente os acordos de gestão com as freguesias. Mas, na verdade, eu estou confiante que, quer o espaço que está nos Fóios, quer os espaços dos postos de turismo, quer os espaços do museu, quer o espaço de Vilar Maior, quer o espaço de Vila do Touro, e outros que vamos construindo terão, de certa forma, um acompanhamento de proximidade que permite em todo o momento usufruir das exposições sejam elas permanentes ou temporárias. -----

Relativamente à segunda questão sobre os regadios, o que eu quis dizer na última assembleia é que os regadios são projetos regionais, são estratégias coletivas que vão mais além do território Concelhio. Há um trabalho em construção no âmbito da CIM BSE, aliás refletido no documento que a CIM remeteu no âmbito da consulta pública ao Plano de Recuperação e Resiliência. Esse trabalho pretende conjugar e integrar todas as ações que entendemos oportunas para uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos hídricos com vista a responder aos desafios das alterações climáticas e da resiliência preconizados no novo Quadro de Financiamento Europeu. Isso não impede que cada comunidade, cada aldeia possa aproveitar as poucas oportunidades surgidas nas candidaturas no atual quadro comunitário. Há casos de candidaturas de freguesia no nosso concelho e apenas lembrar-lhe as nossas tentativas de candidaturas, nomeadamente na recuperação de açudes do Côa não têm tido disponibilidade financeira para a sua execução. Repito, o Concelho necessita de segurar a água que por aqui passa e poder utilizada como geradora de riqueza para quem cá vive. -----

O Largo da Fonte deveria estar a terminar agora, entenderão que todas estas limitações que têm a ver com a pandemia e com os momentos que o país atravessou em 2020 e 2021 são mais que suficientes e justificação para que haja, de certa forma, algum atraso. A última informação que nós tínhamos em novembro apontava para que as obras terminassem em março, e agora vamos fazer votos para que terminem nos próximos 2 ou 3 meses. -----

A rua 5 de Outubro está a ser acompanhada. Obviamente que, se há correções a fazer, o empreiteiro tem de as assumir. -----

Houve aqui um conjunto de mimos que foram ditos relativamente ao trabalho da Câmara. Algumas áreas em que, na verdade, entendem que aí sim estamos bem, fazemos o nosso trabalho, e eu agradeço pelo menos esse reconhecimento. -----

A recomendação para um largo ou uma praça com a toponímia do Senhor Padre Souta, personalidade que todos nós conhecemos, que todos nós estimámos, e que todos nós recordamos, e eu, particularmente, não tenho qualquer objeção, mas terá de passar pelo reconhecimento, pela comissão de toponímia e, posteriormente, pela própria Câmara Municipal. E pela própria disponibilidade de espaços em colaboração com a Junta de Freguesia, até porque a comissão trabalha com cada uma das freguesias e cada Presidente de Junta é membro da comissão de toponímia da sua localidade. Portanto, não vejo qualquer inconveniente em trabalhar nessa questão. Poderá eventualmente ser considerada outro tipo de homenagem. -----

Ao Sr. Manuel Rasteiro, deixou aqui aquela nota que teremos de aferir relativamente aos centímetros a mais ou a menos ou a ilusão de ótica que possa ser provocada nas obras do Largo da Fonte.” -----

Após os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Alexandre Gonçalves** que, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse: -----

“Ouvir é diferente de escutar. Lamento que o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Sabugal apenas tenha ouvido a minha intervenção e não a tenha escutado. Na minha intervenção referi o trabalho valoroso que tem sido feito pela Junta de Freguesia da União de Freguesias Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** afirmou: *“Mas quero dizer-lhe que também admiro o trabalho da Junta de Freguesia, por isso é que confiamos nela e delegámos essa função de ter um trabalho de proximidade no acompanhamento do Museu. Que não se depreenda pelas minhas palavras que o Museu fica abandonado à Junta de Freguesia porque nós temos uma equipa técnica valiosa no nosso Museu com técnicos superiores, pelo menos 3, da área da museologia, do restauro do património e da antropologia que dão acompanhamento permanente a este espaço. Também lhe vou perguntar a eles se, efetivamente, o drama é assim tanto como o senhor Alexandre referiu nesta Assembleia.”* -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: -----

“Uma vez que a Sra. Alexandrina Dias levantou a questão de fortalecer a proximidade entre os cidadãos e a assembleia, informo que sou favorável a este objetivo, mas considero que devemos discutir a melhor forma de o fazer, considerando a dimensão da nossa assembleia. Sou favorável, e devemos pensar nisso, mas devemos ter alguma calma na exata medida em que aquilo que se transmite para fora também pode dar uma ideia contrária do que pretendemos. Podemos ver as melhores soluções técnicas em face das questões que se levantam a uma eventual emissão em direto. Por outro lado, acredito que não é tanto pela transmissão direta das sessões que se faz a proximidade aos eleitores, até porque a assembleia tem representantes das Juntas de Freguesia e os eleitos a quem o dever cumpre fazer a réplica e o trabalho político de ligação da assembleia às suas aldeias e aos seus territórios. Portanto, também não podemos acreditar que a tecnologia tem uma propriedade curativa de muitos dos males da democracia. Não podemos dizer que a Assembleia não divulga, não dá todas as oportunidades para as pessoas participarem e colocarem questões. Mas, talvez, não seja pela via da tecnologia que resolvemos as questões da ligação aos munícipes.” -----

Para terminar, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos**, senhor António Bárbara Cunha, que depois de cumprimentar os presentes, e relativamente à abertura do museu de Vilar Maior, disse: -----

“Na questão que o senhor Presidente colocou ao António Gata, faço minhas as palavras do António Gata. Em relação à abertura e ao que disse o senhor Alexandre, o museu não tem estado aberto só no mês de agosto, mas tem estado aberto em todos os períodos de férias escolares, fora desses períodos,

o que está acordado com a Câmara é serem agendadas visitas. Do conhecimento que eu tenho, sempre que alguém me contacta nunca ninguém ficou por fazer a visita ao museu.” -----

Findos os esclarecimentos, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (REVISÃO) AO ORÇAMENTO 2021 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021-2026 -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Os documentos foram distribuídos, esta proposta de revisão foi aprovada na Reunião de Câmara por maioria com 4 votos a favor e 3 abstenções, e faz a integração do saldo de gerência do ano anterior, possibilitando-nos, neste momento, corrigir algumas rubricas do orçamento que foi aprovado em assembleia de dezembro que não estavam suficientemente dotadas. Por outro lado, tivemos que fazer transição de saldos de obras que prevíamos com maior execução no final do ano, o que não veio a acontecer. O Saldo anormalmente elevado deve-se a um conjunto de 3 ou 4 obras cujo somatório de execução previsível em 2020 era cerca de 1 milhão e meio, que não se verificou, e que tivemos de transitar essa execução para 2021 e que acompanha com elas também o respetivo saldo das obras que deveriam ter sido executadas em 2020. -----

Há também, relativamente à proposta de orçamento apresentada em dezembro uma antecipação de algumas obras. A principal é a possibilidade de cofinanciamento do projeto do Smart Work Center, ou seja, a recuperação de um edifício do Parque Industrial para que venham as novas formas de trabalho e os novos modelos de trabalho. E, ao antecipar essa obra prevendo, entretanto, colocá-la a

concurso, também contamos com o cofinanciamento através de uma linha das áreas de acolhimento empresarial, abertas no ano passado pela CCDR Centro. -----

Acontece também que, há aqui 2 ou 3 obras que estavam colocadas em empréstimo, e cujo dinheiro do empréstimo não é suficiente para as acolher, que é a obra da 2ª fase do Entre-Pontes, da Praia Fluvial do Sabugal, que temos um volume de financiamento por empréstimo e que aqui é reforçado com mais um valor significativo que não vai a empréstimo. Também a entrada sul, que tínhamos previsto um valor de empréstimo de 1 milhão de euros, como se prevê que possa vir a custar 1 milhão e 400, obviamente que estamos a reforçar para a podermos pôr a concurso. -----

O reforço das medidas COVID de 3 ou 4 iniciativas no âmbito de apoio à economia local, que inclui o apoio às IPSS's e instituições sociais, o apoio à agropecuária e o apoio ao comércio local, e depois também a própria linha COVID que acolhe iniciativas no âmbito do apoio social direto em situações de emergência, nomeadamente na colaboração com os Centros de Saúde, com os Bombeiros e com outros. Portanto, essas medidas totalizam quase 500 mil euros. De uma forma muito sintética, antecipação de algumas obras, passagem de algumas obras de 2020 para 2021 pela sua não execução no ano anterior, dotação orçamental para algumas rúbricas insuficientemente dotadas, a questão de apoio à economia, e por último, os compromissos que temos com as Juntas de Freguesia.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Alexandre Gonçalves**, que após cumprimentar os presentes disse: -----

“Relativamente ao orçamento, apenas referir que esta alteração se deveu, fundamentalmente, ao facto de aquando da aprovação do orçamento para 2021 não podiam ser incluídas, para 2021, algumas obras estruturantes, nomeadamente o Smart Work Center, porque não havia receita que suportasse a despesa. Logo, um orçamento desequilibrado. -----

Foi necessário o saldo da conta de gerência para acertar o orçamento e apresentar uma obra como o Smart Work Center no valor de 640.000€, que de outra forma não poderia ter sido incluída no orçamento.” -----

Seguiu-se o senhor **João Manata** que, após cumprimentar os presentes, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a data prevista para o início das obras da Praia Fluvial. -----

Por último, o senhor **Joaquim Brázia**, tomou a palavra para dizer: -----

“Para já congratulo-me de ver que já existe dinheiro para avançar com o projeto do Smart Work Center, oxalá que avance muito rapidamente. Depois, queria perguntar, vi nos documentos quando os li com muita atenção, uma rúbrica que fiquei intrigado e gostaria que me respondessem. Existe uma rubrica que diz ‘Material de transporte’ com mais de 200 mil euros. O senhor Presidente pode responder-me a essa pergunta.” -----

Em resposta às questões levantada, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“O senhor Alexandre Gonçalves disse que esta revisão se devia ao facto de termos que pôr agora o Smart Work Center e que não havia dinheiro para equilibrar. Mas esta revisão é feita essencialmente porque há cerca de 3 milhões e tal de euros a integrar no Plano e Orçamento da Câmara, do Saldo de Gerência. Em relação ao projeto do Smart Work Center, na assembleia de dezembro colocaram-me a questão e eu respondi que estando eu convicto de que este projeto ia ser acolhido pela CCDR Centro, e iria ter financiamento a 85%, estando eu convencido disso, ainda não tinha certeza plena. Portanto, não valia a pena estar a consumir energias e colocá-lo naquela altura quando eu não tinha a plena convicção do sucesso da candidatura. Numa reunião com a Presidente da CCDR e ter debatido com ela a questão, e ter saído da reunião convicto de que o Smart Work Center iria ser financiado. Com esta convicção decidi que era o momento de o pôr aqui para lançar o concurso muito em breve.” -----

Em resposta ao senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que após várias negociações difíceis com a APA, *“foi encontrada, há cerca de 3 semanas, uma solução de edificações móveis para colocar no espaço a requalificar. Foi encontrada uma solução técnica, construtiva, que habilita ou possibilita a APA a validar o projeto. O projeto está neste momento na APA, e logo que ele chegue vai ser colocado a concurso, e, prevendo-se que um concurso destes demore 3 meses no mínimo, mais o visto do Tribunal de Contas, porque a obra vai custar cerca de 1 milhão de euros, gostaria eu que não fosse possível ir a banhos este verão na praia fluvial por a mesma se encontrar em obras.”* -----

Por último, respondendo ao senhor Joaquim Brázia, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Nós temos um miniautocarro que já ultrapassou os 16 anos de vida, e após essa idade não pode circular com crianças a bordo, ou seja, temos de adquirir um autocarro novo e temos de fazer algum investimento na frota elétrica da Câmara. Portanto, o material de transporte é isso.” -----

A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 11 abstenções, **aprovar a 1.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento 2021 e às Grandes Opções do Plano 2021-2026.** -----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 E 2026 NO ÂMBITO DO “CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO CONCELHO DO SABUGAL” NO VALOR TOTAL DE 3.158.570,00 EUROS MAIS IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que *“este ponto tem a ver com a proposta de repartição de encargos, para os anos económicos 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026, no âmbito do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Aquisição de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Concelho do Sabugal, no valor total de 3.158.570,00 euros mais IVA à taxa legal em vigor. Estamos a preparar-nos para a abertura de um procedimento concursal com um caderno de encargos já validado pela Autoridade de Mobilidade e Transportes e estamos a preparar o lançamento desse concurso. Como é um concurso para 5 anos e é um concurso que nos vai permitir que passemos de um regime de compensações aos operadores de transportes, que é o que temos agora, para um regime de aquisição de serviços de transportes ao longo de 5 anos. Vocês têm escalonado qual é a repartição e o compromisso plurianual proposto para 5 anos de vigência do contrato e é isso que se pede porque essa é uma competência da Assembleia Municipal.”*

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a senhora **Alexandrina Dias**: -----

“Após termos analisado os documentos, os membros da bancada do PS querem felicitar o grupo de trabalho que elaborou este concurso. Estão de parabéns, e quando é assim também temos de dar os parabéns, pelo menos, ao grupo de trabalhos que esteve a elaborar este concurso.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** sugeriu que o voto de valorização ao grupo de trabalhos referido pela senhora Alexandrina Dias fosse extensivo aos restantes grupos, se assim o entendessem, tendo-se associado também o grupo do PSD, CDS e PCP. -----

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

A **Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade, **autorizar a repartição de encargos, para os anos económicos de 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 no âmbito do “Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Aquisição de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Concelho do Sabugal” no valor total de 3.158.570,00 euros mais IVA à taxa legal em vigor.** --

PONTO 3 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O **senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra para questionar se alguém pretendia intervir em relação a algum ponto da atividade municipal. -----

Foi então dada a palavra ao senhor **João Manata** que perguntou ao senhor Presidente da Câmara que tipo de obras se estavam a fazer no edifício das piscinas e pavilhão municipal. -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que as obras em causa se devem ao facto de se estar a ampliar as instalações do ginásio municipal. -----

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -----

A **Assembleia Municipal tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

Chegado a este ponto o **senhor Presidente da Assembleia** perguntou se, de entre os munícipes presentes na sessão da Assembleia Municipal, alguém pretendia intervir. -----

Tomando a palavra, o senhor **José Escada** após cumprimentar os presentes disse: -----

“Depreendo das palavras do nosso Presidente da Câmara que o nosso municipalismo em territórios de baixa densidade está em crise, em termos de gestão dos seus recursos endógenos. E porquê? Porque depreendo que está emparedada entre uma CIM, as Comunidades Intermunicipais surgem com pezinhos de lã no nosso ordenamento administrativo, e está também emparedado com a administração central. Portanto, a pergunta que eu coloco se calhar não tem muito sentido face a esse emparedamento que foi caracterizado. Mas, de qualquer maneira deixo a pergunta. Hoje em dia o país vive intensamente uma perspetiva de gerir da melhor forma a aplicação de um conjunto de recursos que vão ser disponibilizados numa quantidade nunca vista, a chamada bazuca, e a pergunta que eu coloco muito concretamente ao município é se perspetiva alguma iniciativa no sentido de ter uma estratégia de captação de fundos para o Sabugal face às necessidades que são inúmeras.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Agradeço a questão e agradeço o interesse relativamente a estas matérias. -----

Não foi por acaso que, em setembro de 2020, nesta Assembleia Municipal, foi aprovado por unanimidade um conjunto de recomendações e orientações para o executivo municipal, que aceitámos de bom grado relativamente ao futuro do nosso concelho, e ao futuro observado e avaliado sob os eixos prioritários de desenvolvimento. -----

Temos a obrigação de nos posicionar para o novo quadro comunitário que tem as suas orientações estratégicas vindas da Europa, do estado português, da região centro, da CIM, e que aos municípios chegam fragmentado. Temos que ter o cuidado de bem terminar o quadro em curso, por forma a alinharmos as nossas execuções com os avisos e orientações pois cerca de 11 mil milhões de euros ainda não estão gastos no atual quadro comunitário. Temos que estar atentos ao Plano de Recuperação e Resiliência e ajudar a implementá-lo, até 2026. Temos que acompanhar a construção do Plano de Cooperação Transfronteiriço e fazer valer o nosso enquadramento estratégico. Não é de

menor importância e alguma razão de conforto o facto de possuímos boa saúde financeira, que nos permite ir antecipando o futuro. Há, no entanto, uma enorme responsabilidade de priorizar, antecipar, e corrigir tendo em conta a forma como a sociedade evolui e a volatilidade da verdade. É com certeza difícil de conciliar todas estas condicionantes, mas para isso nos preparamos. -----

A abordagem aos fundos, e o plano de ação constrói-se com todos aqueles que estão eleitos da assembleia e da câmara, com todos os apoios que possam vir de boa vontade e de boa-fé, no sentido de construir, não esquecendo os vetores estratégicos que temos aprovados, não esquecendo os nossos regulamentos, não esquecendo as nossas preocupações, as pessoas que temos, o território que temos e os recursos que temos. Agora, é verdade, que a estratégia está em parte delineada porque, no ano de 2020, grande parte dos documentos que estou a falar foram todos trabalhados no segundo semestre de 2020, e alguns deles estão neste momento em discussão. Se o senhor Presidente da Assembleia Municipal o entender, podemos fazer uma assembleia para discutir estas coisas, mas nós tivemos oportunidade, há cerca de um ano, respondendo a uma solicitação da CCDR e da CIM, enviarmos uma listagem de 38 projetos que identificámos como prioritários a serem integrados no próximo decénio, numa estratégia local, mas indo sempre ao encontro da estratégia regional.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu que “*é uma matéria importante, pois logo veremos do interesse em poder discutir melhor o assunto, caso os membros dos diversos grupos municipais achem de interesse, o que é uma matéria que a assembleia deve acompanhar, mas isso fica ao critério dos grupos. Acho que deve também ser relevado o facto de o senhor José Escada ter levantado esta questão deveras importante.*” -----

Não tendo havido mais inscrições e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram dezanove horas e quarenta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor

Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO MARTINS
Dados: 2021.05.20
12:04:26 +01'00'

Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, _____

Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe